

RELATÓRIO 2022

Rede Jubileu Sul Brasil

- **Direitos**
sociais

+ **Lucro** para
os ricos

= **Dívida** pública

Reparações já!



Sumário

- 03** EDITORIAL
- 05** QUEM SOMOS
- 08** PLANO ESTRATÉGICO
 - EIXOS PRIORITÁRIOS
 - 11** Dívidas, desigualdades e soberania
 - 17** Mulheres e território
 - 26** Comunicação popular
 - 30** Articulação e mobilização social
- CAMPANHAS
 - 38** Defesa de defensoras e defensores
 - 39** Justiça Socioecológica
 - 40** A vida acima da dívida
- 41** MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS
- 42** ENTIDADES MEMBRO
- 49** PERSPECTIVAS DO CAMINHO

Editorial

A ação da Rede Jubileu Sul Brasil em 2022 foi permeada pelo contexto de retrocesso democrático e político do Brasil, pelos impactos da pandemia de Covid-19 que aprofundou os quadros de violência, pobreza, fome e descaso com a população mais vulnerável e marginalizada, sobretudo mulheres, juventude negra, povos originários e comunidades tradicionais.

Os territórios de atuação da Rede neste ano apresentam várias dessas situações de conflito, violências e descaso, com forte pressão sobre pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos e lideranças locais. O compromisso da Rede é gerar impactos relevantes para o fortalecimento do protagonismo das pessoas diretamente atingidas, especialmente das mulheres, tanto em âmbito local quanto nacional. Essa é a nossa forma de fazer frente aos desmontes das políticas públicas.

Em nossa perspectiva de ação, o fortalecimento e ampliação de processos e instrumentos formativos possibilitam que as mulheres aprofundem e compartilhem conhecimento e experiências sobre controle social, políticas públicas, direitos sociais, espaços de incidência, orçamento público e como o sistema da dívida pública gera impactos no cotidiano na medida que subtrai recursos para a implantação de políticas públicas.

Desde 2016, temos visto um recrudescimento das condições de vida a partir do desmonte das políticas públicas, perpetrado pela parcela mais conservadora, elitista e racista que compõe os poderes executivo, legislativo e judiciário, em todos os níveis. Os movimentos sociais, dentre os quais estão a Rede Jubileu Sul Brasil e suas organizações membro, sofreram duros golpes, mas também empreenderam lutas e uma forte resistência para a defesa e a manutenção dos direitos duramente conquistados, agora sob ameaça.

Nos últimos anos convivemos com os retrocessos nas áreas trabalhista, da seguridade social, dos direitos humanos e das políticas públicas. Também se percebe o descaso e falta de preparo para a estruturação, desenvolvimento e gestão das políticas públicas no país, como é o caso da crise sócio-sanitária aprofundada pela pandemia de Covid-19.

Em 2022 o Brasil teve suas eleições gerais, o que aumentou as disputas políticas, no campo institucional e nas ruas. O retrocesso implementado pelo governo anterior é amplamente percebido na ausência de orçamento para políticas públicas para as mulheres e aumento da violência de gênero no país. Entre as medidas que afetaram gravemente as mulheres, com extensão para as pessoas LGBTQIAPN+, estavam a extinção dos Comitês que serviam como órgãos colegiados de consulta e deliberação social no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da gestão nacional anterior, e que agiam não apenas para que casos de violência de gênero não ocorressem internamente no Ministério, mas pautava estratégias para a efetivação de políticas; pouco uso dos recursos destinados às políticas e ações do Ministério; e precariedade do serviço da Casa

da Mulher Brasileira para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

A parceria com outras organizações e redes fortaleceu a incidência coletiva das mulheres nos centros de poder para a defesa dos direitos sociais. E, apesar das dificuldades enfrentadas, o período foi oportuno para que as mulheres que integram as ações da Rede Jubileu Sul Brasil também ganhassem um alcance internacional, participando de diversos eventos, formações e debates promovidos em parceria com a Rede Jubileu Sul/Américas. O desenvolvimento de atividades em ambiente virtual possibilitou o crescimento da participação das mulheres, o que dificilmente seria possível de forma presencial devido à demanda de recurso financeiro necessário.

Os principais territórios de atuação da Rede atualmente estão em sete estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No momento da elaboração deste relatório, o Brasil vive o início de um novo governo nacional e governos estaduais.

A agenda das campanhas eleitorais também impactou a dinâmica dos territórios, uma vez que houve mobilização para articulação e construção de propostas que foram apresentadas para quem estava concorrendo a uma vaga no executivo ou nas câmaras legislativas. Apesar da vitória da posse de um presidente eleito democraticamente em meio a tantas ameaças e tentativas de golpes, as eleições para governadores dos estados, deputados e senadores mostraram que o projeto neofascista segue ganhando forças, e as pautas conservadoras e retrocessos no campo dos direitos ainda serão uma ameaça nos próximos anos.

Nesse contexto, a Rede Jubileu fortaleceu a articulação com o Grito dos Excluídos e Excluídas, 6ª Semana Social Brasileira, Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul e coletivos de comunicação popular. Essas articulações favoreceram o fortalecimento coletivo das lutas por democracia, direitos humanos, reparação das dívidas sociais, questionamento a respeito do sistema da dívida pública e reversão dos retrocessos sofridos nos últimos anos. Esse esforço articulado criou sinergias estratégicas entre as entidades membro da Rede e outras organizações da sociedade civil e movimentos populares parceiros.



Encontro presencial da Rede Jubileu Sul Brasil. Foto: Osnilda Lima/Especial para JSB

Quem somos

A Rede Jubileu Sul Brasil é ampla e plural, atua no combate às desigualdades causadas pelo sistema de endividamento, em defesa dos direitos humanos e sociais.

Somos quase 30 organizações membro de diversas regiões do país, numa rede de coletivos; movimentos sociais, populares e ecumênicos, político não partidário; educadoras e educadores, comunidades, militantes, indígenas, mulheres e juventudes do campo e da cidade.

Fazemos parte da Rede Jubileu Sul/Américas, outra rede ampla e plural que atua na América Latina e Caribe em defesa dos povos e da natureza, em todas as suas manifestações e expressões.

Atuamos em unidade, num movimento global pela anulação e repúdio das dívidas externa e interna. Exigimos reparações — financeira, histórica, socioecológica — aos danos causados pelo endividamento, que impactam o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países da América do Sul e América Central.

A Rede Jubileu atua e se mobiliza contra toda forma de dominação provocada pelo sistema de endividamento. Defende a auditoria integral, o cancelamento

lamento e o não pagamento de dívidas ilegítimas que aprofundam desigualdades sociais e ferem os direitos humanos.

Articulada no Brasil desde 1998, a Rede Jubileu Sul Brasil nasceu no bojo das campanhas do Jubileu 2000, inspiradas na discussão lançada pelo papa João Paulo II pelo perdão da dívida de países pobres altamente endividados.

Entre os marcos de mais de duas décadas de atuação, realizamos no ano 2000 o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa; em 2001, um amplo debate pela Auditoria Cidadã da Dívida; em 2002, o plebiscito sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca); em 2004, a Campanha Continental contra a Alca.

Hoje seguimos a caminhada construindo as resistências a partir dos povos, corpos e territórios contra o modelo de dominação capitalista, patriarcal, sexista, racista, classista e extrativista, com ações em diferentes níveis: local, estadual, nacional e internacional, sempre em defesa dos direitos humanos e sociais.

Esta publicação não esgota nem comporta todas as ações da Rede Jubileu Sul Brasil ao longo de 2022, mas se constitui como um instrumento que apresenta nossas principais ações, lutas, desafios, resultados e perspectivas.

Planejamento estratégico

O Plano Estratégico da Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) iniciou um novo ciclo de três anos (2022-2025). Para este período estabelecemos:

Missão

Despertar a consciência, a indignação e mobilizar a sociedade sobre a relação entre o sistema econômico e o sistema da dívida, exploração do meio ambiente e das mulheres e empobrecimento da população, para a defesa e promoção dos direitos dos povos e da natureza, da solidariedade internacional e pela autodeterminação dos povos com justiça social.

Visão

Atuar de forma estratégica e em rede para consolidação e defesa dos direitos econômicos e sociais, sendo referência no debate sobre o sistema da dívida pública, na defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como na crítica ao capitalismo e na construção da justiça socioeconômica e um Estado radicalmente democrático.

Princípios e valores

Solidariedade;

Justiça social;

Equidade;

Feminismos, com ênfase no feminismo comunitário;

Ética;

Educação e comunicação popular e feminista;

Soberania dos povos e territórios;

Fortalecimento de coletivos.

Objetivos

- 1.** Tornar o tema da dívida pública e das dívidas sociais mais popular;
- 2.** Ampliar a rede de reflexões e ações em torno da problemática do uso dos recursos públicos;
- 3.** Fortalecer os protagonismos e a participação das mulheres, por meio de processos de formação integral e estratégias de proteção e valorização da vida das mulheres nos territórios;
- 4.** Fortalecer e mobilizar grupos, pessoas, organizações para atuarem nas lutas locais, sobre a relação da dívida, meio ambiente, empobrecimento da população para a defesa e promoção por direitos básicos de saúde, alimentação, moradia, trabalho, renda e participação popular, denunciar as injustiças e desigualdades e exclusão miséria e exclusão, fome e os males causados por este sistema neoliberal, solidariedade aos povos e internacional, passando pelo recorte racial e de gênero;
- 5.** Manter ações de incidência locais, nacionais e internacionais em rede e fortalecer espaços de articulação.

Resultados esperados

- 1.** Redes e organizações envolvidas nas ações do JSB fortalecidas e conquistando maior mobilização social;
- 2.** Lutas fortalecidas nos territórios onde o JSB irradia seus princípios e valores em defesa vida digna;
- 3.** Emenda Constitucional “Teto de Gastos” suprimida;
- 4.** Dívida pública suspensa/auditada, considerando processos de articulação internacional pelo seu cancelamento;
- 5.** Espaços democráticos, de construção de alternativas, espaços de diálogo e troca de experiências fortalecidos através dos saberes locais e da educação popular;
- 6.** Iniciativas de transformação das realidades desiguais implementadas por meio da ação da Rede JSB;
- 7.** Consolidada articulação com outros países da América Latina e Caribe;
- 8.** Empoderamento de mulheres e comunidades, com recorte de gênero e raça, contribui para a incidência política, para autonomia econômica e para acabar com o racismo.

Acesse o Plano Estratégico da Rede Jubileu Sul Brasil (2022-2025) integralmente [AQUI](#)

Eixos
prioritários

A Rede Jubileu Sul Brasil atua de forma integrada priorizando cinco eixos: Dívidas (socioecológica, cultural, histórica e financeira), desigualdades e soberania; Mulheres, direitos e territórios; Comunicação popular; Articulação e mobilização social; Fortalecimento da rede.

Esses eixos estruturantes norteiam nossa ação articulada, cada uma com suas estratégias e objetivos, em vista de transformações que garantam a reparação das dívidas sociais, o cancelamento da dívida pública, o acesso aos direitos fundamentais, o fortalecimento da luta da organização e formação política das mulheres, maior alcance para mobilizações sociais que interessam às entidades membro da Rede, o fortalecimento da democracia, bem como o fortalecimento das entidades membro e organizações parceiras.

Dívidas, desigualdades e soberania

Mulheres, direitos e territórios

Comunicação popular

Articulação e mobilização social

Fortalecimento da rede

A história da Rede Jubileu Sul nasce a partir da “Campanha Jubileu 2000 Por Um Milênio Sem Dívidas”, lançada no Brasil pelo então Setor Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e inspirada pelo papa João Paulo II, que na virada do milênio escreveu uma mensagem pelo perdão das dívidas dos países pobres altamente endividados, com forte crítica ao escândalo do crescimento das desigualdades que acompanhavam o processo da globalização. O papa defendia que era preciso retirar “o peso da dívida para restabelecer um relacionamento de maior justiça entre as nações, que permita aos países pobres um justo acesso a todos as riquezas materiais e espirituais que pertencem à família das nações”.

Desde então, a Rede Jubileu Sul fortalece e mobiliza o movimento global pela anulação e repúdio das dívidas externas e internas dos países empobrecidos. O avanço dessa reflexão hoje resulta também no entendimento de que é preciso não só cancelar as dívidas financeiras ilegais e injustas, mas também reparar as dívidas histórica e socioecológica, bem como a todos os danos causados pelo endividamento que impacta o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países.

Na compreensão da Rede, o endividamento do Estado não tem a ver com gastar mal ou arrecadar pouco. É um sistema que reproduz o capitalismo explorando as nações do Sul global. Isso interfere tanto na economia, nos direitos

humanos e sociais quanto na soberania dos países. Por esse mecanismo:

- O Estado transfere recurso público (dos povos!) para pagar dívidas a bancos privados e instituições financeiras internacionais, em vez de investir em saúde, educação, moradia etc.;

- Os empréstimos são concedidos à custa de “ajustes” que também afetam políticas públicas, direitos dos povos e territórios;

- Os juros e condições perpetuam os pagamentos, mantêm os países num ciclo de novos empréstimos para pagar dívidas anteriores infundáveis.

Sob essa perspectiva, em 2022 realizamos uma série de iniciativas, entre elas a “Oficina Nacional sobre Dívida Social”, que contou com a participação de 35 mulheres e debateu sobre o que é a dívida pública, porque é justo e necessário lutar por reparação, além de explicar as engrenagens do ciclo orçamentário e seus impactos na vida das mulheres. Na ocasião, Cida Lopes, da comunidade Alcir Matos, Manaus (AM), deixou um depoimento no chat sobre este momento de formação e troca de saberes:



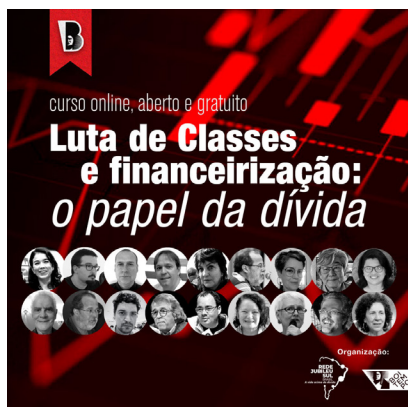
Momento extremamente instrutivo. Informações precisas sobre o que nos inquieta, nos revolta e nos incapacita. Estou grata por esta oportunidade de aprendizado e fortalecimento. Abafaram nossa voz, mas esqueceram que não estamos sós



O ano de 2022 começou com a mobilização do curso “Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida”, uma parceria com a Editora Boitempo, para discutir o papel da dívida pública na esterilização das democracias e na intensificação dos processos de expropriação social.

Gratuito, aberto a qualquer pessoa interessada e com transmissão pelo Youtube das duas instituições organizadoras, o curso abordou temas como financeirização da vida; relação entre dívida pública e políticas rentistas, fiscalistas e austeridade; subsunção financeira e do trabalho; novas formas de organização da classe trabalhadora em um contexto de uberização; e concentração de capitais; dentre outros.

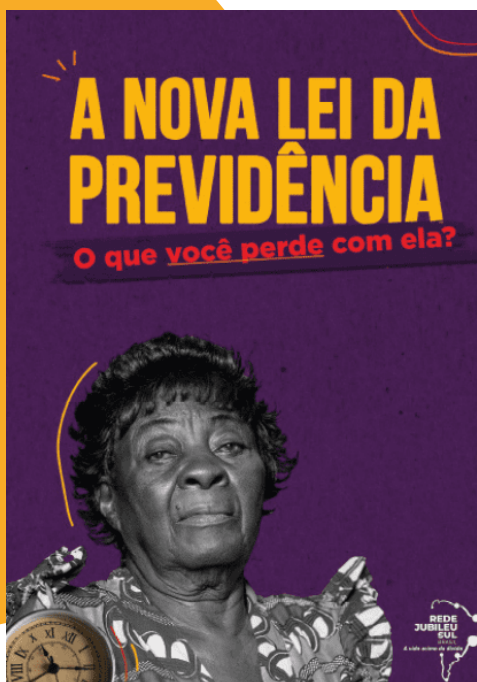
Para Sandra Quintela, articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil, a iniciativa “é uma oportunidade de aprofundamento das discussões sobre a financeirização, compreendendo o papel fundamental que a dívida pública cumpre e o que isso tem a ver com as nossas vidas, como nos afeta enquanto classe trabalhadora”.



No contexto das eleições gerais, a Rede manifestou seu posicionamento com a nota pública “Alerta e chamado para o enfrentamento da dívida pública”, na qual apresenta sete pontos a serem considerados pelo governo eleito: “é urgente interromper o verdadeiro assalto que o sistema da dívida provoca aos cofres públicos. Somente em 2021, esse assalto representou mais de R\$ 1,9 trilhão, correspondendo a 50% de todo orçamento executado pela União neste mesmo ano. Ainda assim, a dívida pública interna já supera os R\$ 7 trilhões e a dívida externa mais de US\$ 565 bilhões. Um verdadeiro absurdo que precisa acabar!”.

Com foco na perspectiva da reparação das dívidas sociais, a Rede Jubileu Sul Brasil elaborou a publicação “A Nova Lei da Previdência: o que você perde com ela?”. O texto apresenta implicações das novas regras para os grupos mais afetados, sobretudo fazendo uma análise dos impactos para as mulheres no direito à Seguridade Social. A publicação foi elaborada em co-autoria com o Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, e em parceria com 6ª Semana Social Brasileira (SSB), Ação Social Franciscana (Sefras), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) e Sindicato de Docentes da Universidade Estadual do Ceará (SINDUECE).

A publicação nasce como instrumento para mobilizar o diálogo nas comunidades e nos diversos grupos organizados sobre a Nova Lei da Previdência, seu significado e consequência na vida prática. A publicação quer ser também um instrumento para inspirar ações que poderão contribuir para evitar que esta e outras iniciativas governamentais e de parlamentares continuem prejudicando o presente e o futuro, especialmente das mulheres e da população empobrecida do Brasil



Lançamento da cartilha “A Nova Lei da Previdência: o que você perde com ela?”, em Fortaleza (CE).
Foto: Arquivo JSB

Ainda com o objetivo de aportar ao debate da defesa de direitos e reparação por dívidas sociais, a Rede, em parceria com a Semana Social Brasileira e o Grito dos Excluídos e Excluídas, produziu o livro “Brasil 200 anos de (in)dependência e dívida”.

O livro foi construído com textos de autoria de pessoas que atuam no campo da economia, lideranças comunitárias, setores acadêmicos e representantes de organizações membro da Rede.

A publicação teve distribuição gratuita por todo o território nacional. Este processo consolida ainda uma importante construção de articulação com Grito dos Excluídos e Semana Social Brasileira. A versão digital, está disponível gratuitamente na biblioteca do site www.jubileusul.org.br

Eventos de Lançamento do livro “Brasil: 200 anos de (in)dependência e dívida:



Belo Horizonte (MG)



São Paulo (SP)



Rio de Janeiro (RJ)

Outra importante iniciativa nos eixos dívida e comunicação foi o programa “Economia Fora do Eixo”. Com o objetivo de contribuir com a popularização do debate sobre economia e dívidas históricas, sociais, ecológicas e financeiras, a iniciativa foi veiculada e segue disponível no canal do YouTube, Spotify e redes sociais. Contou com 12 episódios em 2022.

200 anos de (in)dependência:
O Brasil pelos olhares dos povos originários

convidada
Marcivana Saterê Mawé

Apresentação
Sandra Quintela

ECONOMIA FORA DO EIXO

16 de agosto
11h30
(horário de Brasília)

 
Jubileu Sul Brasil e entidades parceiras



200 anos de (in)dependência:
O Brasil pelo olhar dos trabalhadores e trabalhadoras

convidado
Jardel Lopes

Apresentação
Sandra Quintela

Episódio #12 ECONOMIA FORA DO EIXO

200 anos de (in)dependência:
O Brasil pelo olhar da sociedade civil organizada

convidada
Kelli Mafort

Apresentação
Sandra Quintela

ECONOMIA FORA DO EIXO

13 de setembro
11h30
(horário de Brasília)

 
Jubileu Sul Brasil e entidades parceiras



Mulheres

direitos e territórios

2022 em números

Alcance direto

683 mulheres

Alcance indireto estimado

2732 pessoas

Alcance online em eventos

96 mil pessoas

Interações nas redes sociais

96.051

Iniciativas em destaque

Entre as atividades realizadas no Eixo Mulheres em 2022, destacam-se momentos formativos, oficinas, seminários, intercâmbios territoriais e metodologias colaborativas que somaram na realização de iniciativas de incidência política e apoio às mulheres nos territórios.

Nas oficinas de metodologias abordamos temas como definições de conceitos que dialogam e se complementam como pedagogia, metodologias e recursos técnicos ou metodológicos, desde uma perspectiva popular, territorial, feminista e antirracista. O espaço ainda trouxe reflexão de que a pedagogia deve ser construída a partir dos elementos da realidade, do grupo social e precisa ser interativa, crítica, dialógica e construtiva.

Nas rodas de conversa com a temática assédio e violência contra a mulher abordamos a questão do enfrentamento ao assédio nas ruas e nos espaços coletivos, com debate sobre formas possíveis de aplicação da formação nos territórios. Compartilhamos com o grupo cinco maneiras efetivas de reconhecer e combater assédio, usando leis e também espaços online para relatar.



Oficina Regional Nordeste sobre os impactos do Acordo UE-Mercosul, em Recife (PE). Foto: Acervo Jubileu Sul



Intercâmbio Nacional Ação Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais, em São Paulo (SP). Foto: Acervo Jubileu Sul

A Rede também promoveu momentos formativos sobre temáticas prioritárias como feminismo, orientação metodológica para trabalhos com crianças, assessoria jurídica e metodológica para mediação de conflitos, especialmente na luta por moradia, grupos produtivos na perspectiva da economia popular solidária, dívida pública, ciclo do orçamento público, dívidas sociais, cartografia social, mobilização e apoio psicossocial, arte-educação e sistematização de experiências nos territórios.

“

Acho que o método de exploração de vivências e depoimentos mexe com as nossas entranhas, mas também nos faz mais fortes, mais solidárias e muito mais atentas nas lutas para que outras situações de violência não se repitam.

”

(Solange Decach, assessora pedagógica em 2022)

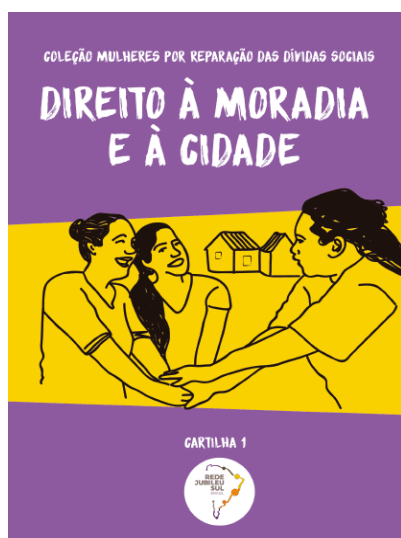
“

Momento extremamente instrutivo. Informações precisas sobre o que nos inquieta, nos revolta e nos incapacita. Estou grata por esta oportunidade de aprendizado e fortalecimento. Abafaram nossa voz, mas esqueceram que não estamos sós.

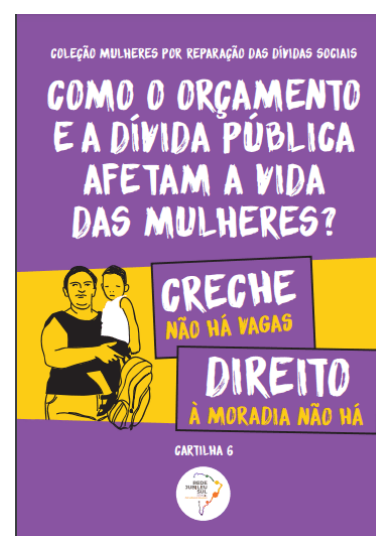
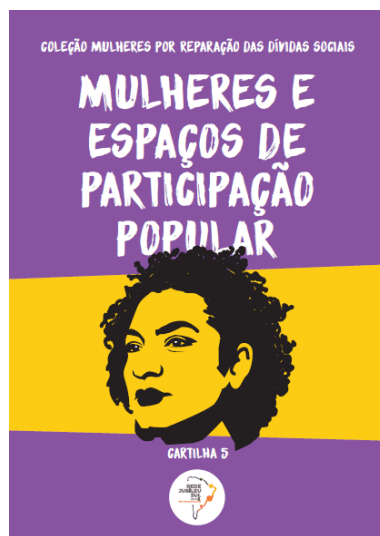
”

(Cida Lopes, comunidade Alcir Matos, em Manaus/AM, durante oficina sobre dívidas sociais)

Para fortalecer a reflexão e articular grupos de mulheres e comunidades na luta contra o sistema da dívida financeira que retira direitos fundamentais da população, e ampliar a compreensão também sobre a necessidade de reparação pelas dívidas histórica, social e ecológica, publicamos em 2022 a segunda edição de três cartilhas da coleção “Mulheres por reparação das dívidas sociais”:



Nasceram também mais três cartilhas da mesma coleção:



A partir de uma escuta ativa das demandas das mulheres dos territórios e do entendimento coletivo da importância do trabalho com crianças, adolescentes e jovens, a Rede Jubileu Sul Brasil deu início a esta linha de ação.

O processo formativo com crianças, adolescentes e jovens tem como objetivo a criação de espaços seguros que chamamos de Cirandinhas, para que, enquanto as pessoas responsáveis pelo cuidado, sobretudo as mães, participam das atividades promovidas pela Rede, as crianças também recebam atenção e tenham momentos de experiências lúdicas e formativas a partir da realidade que vivenciam.

As cirandinhas são conduzidas por arte-educadoras. A proposta é, durante as Cirandinhas, conscientizar de forma lúdica sobre direitos como acesso a lugares saudáveis e seguros para brincar, contato próximo com a natureza, ter a mobilidade garantida, com transporte público confiável e opções de rotas acessíveis para caminhar, entre outros fatores fundamentais para seu pleno desenvolvimento.



Cirandinhas nas comunidades Águas Claras e Nova Brasília de Valéria, em Salvador (BA).

Foto: Arquivo JSB

Produção de conteúdos

Para fomentar momentos formativos e oferecer conteúdos com informações necessárias e seguras, especialmente para as mulheres, a Rede Jubileu Sul Brasil produziu uma série de conteúdos como matérias jornalísticas, séries de podcast e videocast, revista e cartilhas.

A ideia é que os conteúdos possam ser utilizados nos encontros presenciais, distribuídos via aplicativos de mensagens e compartilhados nas redes sociais.

Em 2022 produzimos a série de podcast “Mulheres em Ação”, com 12 episódios. Entre as pautas estão temas como direito à moradia, violência patrimonial, função social da propriedade, regularização fundiária, violência doméstica, orçamento público, participação social, contexto socioeconômico na vida das mulheres, entre outros.

Todos os episódios da série “Mulheres em Ação” estão disponíveis no Spotify e Anchor.



A série de videocast “Ação Mulheres” conta com sete episódios que relatam o protagonismo e a luta das mulheres por moradia em Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP).

Todos os episódios estão disponíveis no YouTube da Rede Jubileu Sul Brasil.



A Revista Ação Mulheres, soma na mobilização de processos formativos e na viabilidade de acesso a conteúdos seguros sobre questões prioritárias para toda rede de organizações, movimentos, grupos e comunidades envolvidas nas lutas que estamos fortalecendo e articulando. Com matérias, entrevistas e artigos, a revista é uma ferramenta disponível na biblioteca do site institucional, além de ter sido distribuída nos territórios.

A publicação que está em sua segunda edição é também um espaço onde compartilhamos histórias pessoais e comunitárias que marcam a luta por moradia, direitos fundamentais, especialmente das mulheres e a luta pela reparação das dívidas sociais.



Ampliação de espaços formativos com crianças, adolescentes e jovens

A partir de uma escuta ativa das demandas das mulheres dos territórios e do entendimento coletivo da importância do trabalho com crianças, adolescentes e jovens, a Rede Jubileu Sul Brasil deu início a esta linha de ação. Nos anos anteriores, atividades pontuais foram realizadas com este público, principalmente no campo da mobilização social e conscientização sobre direitos e sobre ecologia.

O processo formativo com crianças, adolescentes e jovens tem como objetivo a criação de espaços seguros, chamados Cirandinhas, para que, enquanto as pessoas responsáveis pelo cuidado, sobretudo as mães, participam das atividades promovidas pela Rede, as crianças possam participar ao mesmo tempo de atividades que possam favorecer a reflexão sobre as realidades locais dos territórios a partir da perspectiva infanto-juvenil.

As cirandinhas são conduzidas por arte-educadoras, que utilizam metodologias criativas e populares para sensibilização e formação humana. A proposta

é promover atividades para conscientizar de forma lúdica sobre direitos, como: acesso a lugares saudáveis e seguros para brincar, contato próximo com a natureza, ter a mobilidade garantida, com transporte público confiável e opções de rotas acessíveis para caminhar, entre outros fatores fundamentais para seu pleno desenvolvimento.

As atividades são orientadas pelo documento “Sem perder a ternura: orientações da Rede Jubileu Sul Brasil para ações com crianças e adolescentes” e também seguem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Comunicação
popular

A comunicação integra a estratégia de mobilização social e incidência política da Rede Jubileu Sul Brasil, em vista da integração e fortalecimento das nossas organizações membro, rumo aos nossos objetivos comuns: o cancelamento das dívidas ilegítimas, e a construção coletiva e democrática de um projeto popular para o Brasil e para o Bem viver dos Povos.

Lutamos por uma comunicação orientada para a defesa da vida, comprometida com a verdade e com o direito à informação. Acreditamos na comunicação popular, participativa e emancipatória, sempre com uma abordagem inclusiva, contra-hegemônica e anti-patriarcal.

Reconhecemos os processos de comunicação como uma das principais estratégias na resistência e luta contra o sistema de dominação capitalista, contra o racismo, o imperialismo, a misoginia, o preconceito, a lgbtfobia, o machismo e todas as formas de violência.

As lutas dos povos, das mulheres e das comunidades ancestrais são a grande e principal escola para nossos processos de comunicação, bem como para pensar e construir diferentes modelos de comunicação a partir de paradigmas críticos dos modelos capitalistas e heteronormativos.

A Rede Jubileu Sul Brasil também se ocupa com a formação de grupos e pessoas, especialmente mulheres, no campo da comunicação, com o objetivo de contribuir para a descolonização do conhecimento e da informação, e a valorização dos saberes construídos nas comunidades, desconstruindo o modelo comunicacional hegemônico que inviabiliza, enfraquece e até mesmo mata culturas, saberes, povos, corpos e territórios.

Entre as principais estratégias de comunicação está o site institucional. Durante o ápice da pandemia de Covid-19 (2020-2021) este espaço se tornou ainda mais central por possibilitar a articulação entre as entidade membro da Rede e instituições parceiras, dar visibilidade para as ações e iniciativas como formações, publicações, notas, reportagens, análise de conjuntura, podcast, videocast entre outros.

Acessos individuais ao site		
2020	2021	2022
47.624	96935	68.193

Além de fomentar e organizar momentos formativos online na área da comunicação como estratégia de fortalecimento da cultura da comunicação, a nossa presença nas redes sociais também se constitui como estratégia prioritária.

Alcance de acessos individuais nas redes sociais

2020	2021	2022
156.279	193.316	127.566

Os dados reúnem a soma dos acessos no Facebook, Instagram e Twitter

Alcance de impressões no Youtube

2020	2021	2022
23.249	89.794	58.047

Destaques do alcance de acessos individuais no Youtube

Transmissões cruzadas

42.276

Curso Luta de Classes e Financeirização da dívida

29.787

Produção Audiovisual: conteúdos próprios

18.065

Curso Popular de Economia Política

8.915

Análise de Conjuntura

3.704



Entre os destaques de momentos formativos em 2022 está a realização de duas oficinas de comunicação popular para mulheres. A iniciativa em dois ciclos abordou aspectos como a produção de conteúdo, tecnologia da informação, segurança digital, proteção de dados e autorização de uso de imagem. Também houve um espaço reservado para que todas pudessem compartilhar seus entendimentos sobre comunicação popular.

A articulação com outras redes populares de comunicação como Grito dos Excluídos, 6ª Semana Social Brasileira, Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul, Campanha Despejo Zero, Fórum Nacional da Reforma Urbana, também marca a estratégia de ação na perspectiva da comunicação.

Articulação e
mobilização social

A articulação da Rede Jubileu Sul Brasil com entidades da sociedade civil, organizações sociais e populares é uma ação estratégica em vista do fortalecimento político, na defesa dos direitos humanos e na luta contra o sistema da dívida pública que aprofunda as desigualdades sociais e retira direitos básicos, especialmente das mulheres. As articulações são também fundamentais nos processos formativos e ações mobilizadoras, tanto nos âmbitos nacional e internacional, quanto no que diz respeito aos territórios de atuação nos estados.

Destacamos aqui as articulações e parcerias que somaram forças nas iniciativas da Rede em 2022.

Grito dos Excluídos e Excluídas

A Rede Jubileu Sul Brasil integra a coordenação e participa de maneira orgânica da construção anual do Grito dos Excluídos e Excluídas. Em 2022 a 28ª edição teve como lema “Brasil: 200 anos de (In)dependência. Para quem?”. O Grito não se configura como um evento, mas uma articulação permanente.

Nesta edição os atos realizados no dia 7 de setembro marcaram o bicentenário da independência do Brasil e levaram às ruas lutas da população brasileira contra a dívida pública, as dívidas sociais, a violência estrutural, pela defesa dos territórios, por saúde e educação, por participação popular e democracia participativa. Todas as comunidades envolvidas nas ações da Rede JSB se integraram nos atos locais.

Uma das contribuições da Rede para a mobilização contínua do tema da 28ª edição do Grito foi a publicação do livro “Brasil: 200 anos de (in)dependência e dívida”. A publicação aborda as dívidas sociais acumuladas e chama atenção para as reparações necessárias e urgentes. A ideia da crítica histórica e econômica está assinalada no próprio nome do livro que coloca o prefixo “in” entre parênteses — (in)dependência — indicando que estamos falando de um processo incompleto, cheio de debilidades e incoerências em sua gênese.



*Crianças em Duque de Caxias (RJ), em mobilização do Grito dos Excluídos e Excluídas.
Foto: Arquivo Grito dos Excluídos e Excluídas*

*Ato do Grito dos Excluídos e Excluídas no Rio de Janeiro (RJ).
Foto: Arquivo Grito dos Excluídos e Excluídas*



*Ato do Grito dos Excluídos e Excluídas em Manaus (AM).
Foto: Arquivo Grito dos Excluídos e Excluídas*

6ª Semana Social Brasileira

A articulação com a 6ª Semana Social Brasileira (6ª SSB) está na origem de nossa identidade, uma vez que nascemos a partir das iniciativas concretas, fruto da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), cujo tema foi “Resgate das dívidas sociais: Justiça e solidariedade na construção da sociedade democrática”. A SSB é uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul.

Em 2022, um destaque dessa articulação é a parceria na “Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais”, iniciativa que busca fortalecer a ação das mulheres na luta por reparações históricas como direito à moradia digna, além de acesso a outros direitos fundamentais e contra toda forma de violência.

A articulação tem fortalecido a luta por moradia e possibilitado maior inserção da Rede dentro dos espaços de debate e incidência sobre o tema. Além da participação em atividades locais, a partir das parcerias territoriais, essa articulação também se dá na participação em espaços amplos e nacionais, como a Conferência pelo Direito à Cidade e a Marcha Popular pelo Direito à Cidade. A conferência reuniu mais de 600 participantes com o objetivo de construir coletivamente a Plataforma de Lutas Urbanas, com uma série de resoluções propostas para combater a desigualdade social e a predação ambiental, e trazer o tema das cidades como pauta para o projeto nacional nas eleições de 2022. A Marcha foi parte das atividades da Conferência e reuniu mais de 2 mil pessoas nas ruas. A presença da Rede se deu por meio da participação de representantes de suas entidades, como a Semana Social Brasileira e a Central de Movimentos Populares (CMP).

A Rede Jubileu também integra a coordenação da 6ª SSB e participa de forma orgânica das iniciativas que são mobilizadas pela Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). As Semanas Sociais Brasileiras articulam as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas, socioeconômicas, socioambientais do país, para uma ação sociotransformadora.

Nesta 6ª edição da SSB – iniciada em 2020 e segue até 2023 – o tema pautado é o “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho e os eixos: Democracia, Economia e Soberania”, e com a proposta da construção do Projeto Popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores, desde 1991.



*Seminário Nacional “O Brasil que queremos” realizado pela 6ª Semana Social Brasileira, em Brasília (DF).
Fotos: Arquivo 6ª SSB*

Articulação na região do Cone Sul

A articulação da Rede Jubileu Sul no contexto do Cone Sul tem se fortalecido em torno de pautas e lutas comuns na região, como os desafios da soberania energética, a integração elétrica e o direito humano à energia no contexto das privatizações, da crise climática, social e bélica. Esse trabalho de articulação acontece de forma conectada com a articulação do Jubileu Sul/Américas e seus eixos.

Outra luta importante na região diz respeito ao impacto das hidrelétricas e investimentos futuros nesta direção. Para fortalecer a luta por reparações, entidades do Brasil e Paraguai realizaram em agosto o II Seminário Internacional Soberania Energética, Integração Elétrica e Gestão Pública para o Bem Viver. A voz dos povos indígenas, comunidades campesinas e de afrodescendentes afetados, e o caso das comunidades Avá-Guarani desalojadas pela construção da hidrelétrica Itaipu Binacional foi destaque no seminário.

Representando a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), o líder Avá-Guarani Celso Japoty Alves relatou a luta de seu povo, que há 40 anos reivindica reparação dos danos causados com o desalojamento de mais de 30 comunidades para a construção da hidrelétrica Itaipu Binacional.



II Seminário Internacional Soberania Energética, Integração Elétrica e Gestão Pública para o Bem Viver. Fotos: Arquivo JSB



Outro destaque desta articulação foi a participação na Assembleia dos Povos Avá-Guarani, em Foz do Iguaçu, Paraná, em agosto de 2022. O momento contou com a presença de representantes das 24 aldeias da região Oeste do Paraná, além de outras delegações do Brasil dos estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Também estiveram no evento delegações do Paraguai e da Argentina.

Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul

Esta articulação está extremamente conectada com toda ação no Cone Sul. Em 2022 as mais de 200 organizações integrantes mobilizaram espaços para debates populares e com lideranças políticas a respeito dos impactos previstos no Acordo UE-Mercosul. Todos os esforços se configuram na denúncia de como o acordo comercial pode contribuir para um aumento significativo de violações de direitos humanos e socioambientais.

A Frente destaca que o acordo apresenta um caráter neocolonial, na medida em que o Mercosul vende basicamente produtos primários ao bloco europeu, em troca de abrir seus mercados de manufaturados, serviços e compras públicas, além de garantir a propriedade intelectual e os investimentos aos europeus. Se assinados, os efeitos sociais e trabalhistas podem ser a perda de postos de trabalho e, conseqüentemente, de renda nos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Os impactos negativos no meio ambiente no enfrentamento das mudanças climáticas são outra grande preocupação das organizações pertencentes à Frente. Os principais beneficiados com o acordo seriam a indústria extrativa e o complexo soja-pecuária, a partir da eliminação das tarifas de exportação e a ampliação das cotas. Por outro lado, não há informações suficientes ao alcance da população que será fortemente impactada.

Nesse cenário de luta para ampliar a discussão sobre o Acordo, tendo em vista que está em fase de ratificação, a Frente promoveu uma série de iniciativas, entre elas destacam-se o “Curso Regional Sul e Sudeste da Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul – União Europeia/EFTA”, em Porto Alegre (RS), nos dias 28 e 29 de setembro e o Curso Regional Nordeste da Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul – União Europeia/EFTA”, em Recife (PE), nos dias 14 e 15 de outubro.

Em julho membros da Frente Brasileira Contra os Acordos EU-Mercosul e EFTA-Mercosul estiveram em São Paulo para um encontro com deputados e deputadas do Partido Verde do Parlamento Europeu (The Greens /European Free Alliance). Na ocasião, o grupo divulgou também a Carta Aberta aos candidatos/as ao Congresso Nacional e Executivo Federal. “



*Curso Regional Sul e Sudeste da Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul – União Europeia/EFTA”, em Porto Alegre (RS).
Foto: Arquivo JSB*

Grupo Carta de Belém

A articulação com o Grupo Carta de Belém tem fortalecido a luta contra o Acordo Brasil Mercosul, pela reconstrução da política socioambiental brasileira que sofre retrocessos históricos no governo Bolsonaro, pela recomposição do orçamento da política ambiental, reafirmação do meio ambiente como bem comum, rejeição das privatizações verdes e a luta pela garantia da terra e território como solução mais efetiva para a redução de emissões de gases do efeito estufa, e para a política socioambiental em geral. Destaca-se também nessa articulação com o Grupo Carta de Belém nossa luta comum contra a financeirização da natureza.

A participação do Grupo na 27ª Conferência das Partes (COP 27) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em novembro, desencadeou uma série de reflexões sobre o futuro ambiental e os impactos para a América Latina e particularmente para o Brasil.

Plataforma dos movimentos sociais por outro sistema político

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é uma articulação de movimentos, entidades, fóruns e redes que, desde 2004, atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente. Toda atuação da Plataforma tem base na crítica aos instrumentos de participação social, que têm baixo impacto na formulação e controle social sobre as políticas públicas, restringindo-se a um tênue acompanhamento de políticas sociais.

A Plataforma atua a partir de cinco eixos: Fortalecimento da democracia direta; Fortalecimento da democracia participativa; Aprimorando a democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; Democratização da informação e da comunicação; Democratização e transparência no poder judiciário.

Para promover o debate sobre a reforma do sistema político, a Plataforma realizou em 2022 a campanha “A democracia que queremos”, a iniciativa contou com mobilização nas redes sociais, momentos formativos e atos públicos.



A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

WEBINÁRIO DE LANÇAMENTO

Para lançar oficialmente a campanha “A Democracia que Queremos”, foi realizado um webinar, ao vivo, em 19 de julho de 2022. O evento reuniu representantes de organizações da Plataforma, que fizeram intervenções a partir da reflexão: “qual democracia queremos?”

Acesse o conteúdo de lançamento

e-book PLATAFORMA

@athaydemotta
Athayde Motta
A Democracia Que Queremos

Organizações como Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo, Coletivo Revolucionário de Libertação (Cordel), Meu Voto Será Feminista, Cooperação da Juventude Amazônica pelo Desenvolvimento Sustentável (CoJovem), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Prias de Políticas Públicas e Direitos Humanos, Abong, Instituto Pólis, Rede Sapatã e Genarab (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileiro) apresentaram diversas perspectivas desde a democratização da comunicação, o antirracismo, à organização feminista e dos povos e comunidades tradicionais para pautar novas culturas políticas.

Mediado por Athayde Motta (Abong/Ibase), o lançamento da campanha também provocou reflexões sobre as utopias para a construção de um outro sistema, efetivamente democrático.

ASSISTA AO VÍDEO

Viviane Tavares

Hugo Matos

Luciana Prios

Henrique Frota

A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS 9

Campanhas

Como estratégia de mobilização social e com o objetivo de promover momentos formativos, influenciar a opinião pública, gerar informações seguras e dar visibilidade para o cenário de violência que vitima lideranças populares e políticas que lutam pela garantia dos direitos humanos e direitos da natureza; para denunciar os modelos extrativistas e seus impactos sobre os corpos e territórios, para exigir o reconhecimento da dívida ecológica numa perspectiva decolonial, anti-patriarcal e antirracista; bem como para alertar sobre o impacto destrutivo da acumulação e pagamento da dívida pública ilegal na vida dos povos na América Latina e Caribe, a Rede Jubileu Sul Brasil soma esforços nas campanhas lideradas pela Rede Jubileu Sul/Américas: “Defesa de Defensoras e defensores”, “Justiça Socioecológica” e “A vida acima da dívida”.

Defesa de defensoras e defensores

A campanha de solidariedade surgiu com os objetivos de ampliar a mobilização social em favor dos defensores/as dos direitos humanos e da natureza; desenvolver ações coordenadas frente às denúncias de violações, principalmente no Brasil, Guatemala, Haiti, Honduras e México; e criar alianças com outras organizações de direitos humanos para fortalecer as ações de defesa.

A campanha tem entre os eixos centrais questões como a militarização e violência dos corpos e territórios, o racismo e o colonialismo como instrumentos de opressão institucional, o financiamento da violência pelo capital corporativo e as burguesias nacionais, e a importância dos direitos humanos e da natureza e seus defensores para a garantia da vida.

No Brasil, a campanha vem cobrando justiça no caso Marielle Franco, vereadora do PSOL morta em março de 2018, no Rio de Janeiro. As ações do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares contra a violência à mulher e a articulação da Rede Jubileu Sul Brasil junto à Plataforma de Direitos Humanos – DHESCA Brasil também estão entre os destaques da campanha.



Justiça Socioecológica

Entre os objetivos, a campanha visa contribuir para os processos de luta e resistência aos modelos extrativistas e seus impactos sobre os corpos e territórios, para o reconhecimento da dívida ecológica numa perspectiva decolonial, anti-patriarcal e antirracista. Também busca fortalecer as vozes e narrativas de resistência, as ações, formas de luta, e propostas alternativas com ênfase nas mulheres, nas comunidades locais, tradicionais e negras.

Por trás de cada conflito socioambiental existe um problema ligado às formas de produção e consumo, por isso a campanha quer ir além ao propor que não é suficiente lutar por justiça socioambiental se a natureza é invisibilizada como sujeito, pois tem voz, deve ser ouvida e interpretada. O que se propõe é que essa luta transcenda a sociedade humana, incluindo os animais não humanos, a democracia com a terra, a justiça com os povos e a natureza, que supere o conceito de ambiente e da visão distributiva de riquezas.

Para o Jubileu Sul Brasil a injustiça socioecológica é reflexo das dívidas pública, social, ecológica e histórica, dos megaprojetos e da militarização, problemas que perpetuam o domínio e exploração das pessoas, dos povos e da natureza. E para avançar, a Rede defende enfrentar o sistema capitalista patriarcal, global e institucionalizado, superar o âmbito individual e caminhar rumo aos direitos coletivos dos povos, em conjunção e interdependência com os direitos da natureza.

A iniciativa também fomenta o debate dos diferentes significados e visões sobre o que é e como se consegue justiça socioecológica, discussão que vem se aprofundando dentro das próprias organizações membro que compõem a Rede.

A primeira etapa da campanha é voltada à preparação de ações e conteúdos, a segunda tem foco nas denúncias, com mobilizações e debates, e a terceira fase de monitoramento, apoio a ações solidárias e ênfase na denúncia sobre os impactos do modelo extrativista sobre os direitos.



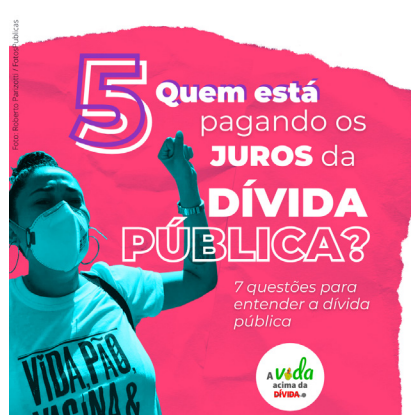
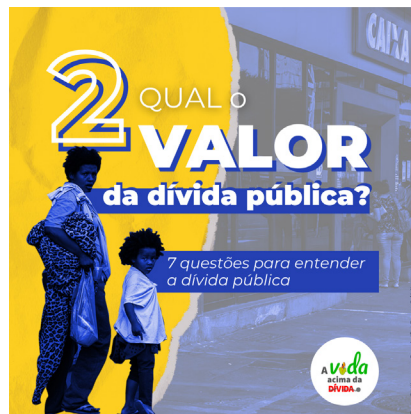
A vida acima da dívida

A campanha é uma ação de luta pela anulação, não pagamento e reparação das dívidas financeiras ilegítimas e onerosas cobradas dos povos dos países da América Latina e Caribe. O mote “A vida acima da dívida”, já ecoava no período do Plebiscito Popular da Dívida no Brasil, em 2000.

Esta ação permanente na Rede propõe:

- alertar para o impacto destrutivo da acumulação e pagamento da dívida pública ilegal na vida dos povos e na natureza;
- fortalecer coletivamente a reivindicação de anulação total da dívida financeira;
- divulgar as implicações do pagamento da dívida no atual contexto da crise sócio sanitária e ambiental.

No Brasil a campanha busca pautar o questionamento a respeito do sistema da dívida pública e o pagamento dos juros que retira direitos sociais da população e injeta dinheiro público no mercado financeiro por meios dos grandes bancos, multinacionais e instituições financeiras.



Mobilização de recursos

A Rede Jubileu Sul Brasil conta com parcerias e apoios financeiros, especialmente da cooperação internacional. Em 2022 todas as iniciativas foram apoiadas e co-financiadas pelo Instituto de Relações Exteriores – IFA, Ministério das Relações Exteriores Alemão, Programa de Financiamento Zivik, Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), DKA Áustria - Agência de cooperação de Katholische Jungschar e União Europeia.



Entidades membros

A Rede Jubileu Sul Brasil conta com 26 entidades membro. Conheça um pouco a pluralidade das organizações que integram a nossa rede:

1. Amigos da Terra Brasil

A [Amigos da Terra/Brasil \(NAT/Brasil\)](#) é uma organização da sociedade civil dedicada à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social, construída em 1964.

Visa uma sociedade de povos interdependentes vivendo com dignidade, totalidade e realização, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos são cumpridos. Esta deve ser uma sociedade construída com soberania dos povos e participação, fundada na justiça social, econômica, ambiental e de gênero, livre de todas as formas de dominação e exploração.

2. Associação de Favelas de São José dos Campos

A [Associação de Favelas](#) nasceu de uma necessidade de organização popular em 1988, com o objetivo de levar educação e formação popular e defender os direitos da população invisibilizada.

Ao longo da trajetória da associação, houve diversas parcerias com outros movimentos e pastorais, desenvolvendo mobilizações com o intuito de cobrar ações das autoridades, reivindicando espaços que pertencem à população desde a fundação da cidade, mas que até os dias atuais vive na irregularidade por descaso do Estado.

3. Cáritas Brasileira

A [Cáritas Brasileira](#), fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações membro da Cáritas Internacional. Tem origem na ação mobilizadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A missão da Cáritas é essencialmente buscar caminhos transformadores para a vida dessas pessoas, na perspectiva da garantia da dignidade e da defesa dos direitos humanos.

No Brasil atua como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e possui uma rede com 187 entidades membro e 12 regionais. É uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul e acolheu a nossa secretaria administrativa em suas dependências físicas entre os anos de 2001 e 2006.

4. Central de Movimentos Populares

A [Central de Movimentos Populares \(CMP\)](#) é uma organização presente em 19 estados brasileiros, que congrega diversos movimentos populares urbanos, como de moradia, saúde, mulheres, negros(as), juventude, economia solidária, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e associações de moradores.

A CMP resultou de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais da década de 1980, em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático-popular para o país, com o objetivo de articular os movimentos populares urbanos em suas lutas comuns e de caráter geral, como forma de superar a fragmentação existente entre os movimentos populares. Tornou-se uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul.

5. Conlutas - Central Sindical e Popular

A [CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular](#) foi fundada no Conclat (Congresso Nacional da Conlutas) ocorrido na cidade de Santos (SP), em 2010, pautando a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Essa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

6. Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves

O [Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves](#) foi criado na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de promover formação política-social e atividades culturais, a partir da perspectiva da educação popular.

7. Centro Dandara de Promotoras Legais Populares

Fundado em dezembro de 2001, o [Centro Dandara de Promotoras Legais Populares](#) é resultado do projeto “Promotoras Legais Populares”, que se instalou na cidade de São José dos Campos no final da década de 1990. O interesse das promotoras legais, em especial das primeiras turmas, foi fundamental para a criação desta instituição que agrega mulheres de diversos segmentos da sociedade.

Em duas décadas de projeto, nos mais de 20 anos de existência institucional, este espaço se consolida como “Espaço de Mulher”, com o objetivo de promover os direitos humanos focando as desigualdades decorrentes das relações de gênero, raça/etnia e socioeconômicas, em âmbito nacional, além de promo-

ver a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, meio ambiente, da (o) consumidora (o), das pessoas com deficiência, habitação popular, urbanismo, saúde e educação.

8. Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)

O [Centro de Estudos Bíblicos \(CEBI\)](#) surgiu em 1960 e visa aprofundar, consolidar, articular e organizar a prática da leitura bíblica feita dentro da realidade e da comunidade, despertando a solidariedade e a cooperação na busca de soluções para os problemas do cotidiano, defendendo e promovendo a vida, através da inserção em comunidades eclesiais, grupos populares e movimentos sociais

9. Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)

O [Centro de Pesquisa e Assessoria \(ESPLAR\)](#) é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua em defesa da agricultura familiar e da agroecologia no semiárido cearense.

O Esplar existe para apoiar os movimentos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e resiliente às mudanças climáticas, com foco na agricultura familiar de base agroecológica, na perspectiva da igualdade de gênero, raça, etnia e geração.

10. 6ª SSB | Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB

As [Semanas Sociais Brasileiras](#) são mobilizadas pela Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). A primeira SSB surgiu em 1991 e todas as edições articulam as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais do país para uma ação sociotransformadora.

A Rede Jubileu Sul é um resultado concreto da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), que abordou o tema “Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática”.

A 6ª edição da SSB (2020 -2023) tem pautado o tema “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho”, além dos eixos democracia, economia e soberania, com a proposta da construção do projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores.

11. Comissão Pastoral da Terra

A [Comissão Pastoral da Terra \(CPT\)](#) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização.

12. Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura, o [Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#) procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza.

13. Cooperativa de Pescadores Artesanais do Bairro da Prainha de Iguape - Cooperpesca Artesanal

Em 27 de junho de 1998 foi fundada a [Cooperativa de Pescadores Artesanais - Cooperpesca Artesanal](#) e passa a gerir a Unidade Processadora Artesanal de Pescados, uma empresa sem fins lucrativos composta por 63 cooperados, em sua maioria pescadores artesanais tradicionais, homens e mulheres de comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas Guarani Mbya.

A Cooperpesca Artesanal busca melhorar a comercialização direta do seu pescado com o consumidor final, amenizando o papel do atravessador e trazendo melhorias na geração de renda e qualidade de vida do pescador artesanal e dos povos e comunidades tradicionais.

14. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O [Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental \(FMCJS\)](#) é uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria.

Atua em âmbito nacional e está presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema.

15. Frente por uma Nova Política Energética

A [Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil \(FNPE\)](#), lançada em maio de 2013 no Seminário Nacional sobre a Política Energética, é uma articulação nacional que reúne de forma livre e espontânea um conjunto de organizações da sociedade civil.

A missão é contribuir para a viabilização de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios do século 21 e seja baseada na participação popular, justiça socioambiental com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural, eficiência energética, diversificação da matriz energética e autonomia energética das pessoas e comunidades, na perspectiva do bem viver.

16. Grito dos/as Excluídos/as Nacional

A proposta do [Grito dos Excluídos e Excluídas](#) surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB. Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas. A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

17. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

O [Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul \(PACS\)](#) é uma organização da sociedade civil, fundada em 1986 por economistas latino-americanos que voltavam do exílio, após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. É uma instituição que há mais de 30 anos soma na luta anticapitalista, com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos.

O PACS trabalhou e trabalha com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais

18. Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP)

O Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP) começou entre 2004/2005 com participação ativa de estudantes e da população periférica. Ao longo de sua trajetória, o MCP se mobilizou para atender a diversas demandas da população, entre elas, oferecimento de cursos profissionalizantes, luta por moradia, fome zero e vida digna a todos. O MCP tem o intuito de apoiar a formação de grupos de produção que gerem renda, fortalecer a luta pelo trabalho, saúde, saneamento básico, igualdade de gênero, priorizando a vida acima de tudo, em todos os aspectos.

19. Núcleo Jubileu Sul Brasil em Salvador, Manaus e Brasília

Nestas três cidades temos um núcleo, ou um comitê local, que desenvolve uma série de atividades locais, apoiando especialmente a Ação Mulheres por repara-

ção das dívidas sociais, iniciativa em parceria com a Semana Social Brasileira e Central de Movimentos Populares.

20. OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida)

O [OLMA](#), foi criado pela Província dos Jesuítas do Brasil e embalados pelo paradigma da Ecologia Integral, a partir da Encíclica Laudato Sí, atuam especialmente em três esferas: ação humana; compromisso social, na luta por políticas de garantia dos direitos sociais básicos; cuidado ambiental, na luta pela preservação da vida em toda a sua diversidade para o futuro do planeta Terra e direito às condições de vida das gerações futuras. O Observatório se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação.

Aproveitamos este documento para fazer uma homenagem a dois grandes colaboradores, padre Thierry Linard, in memoriam, e padre Bernard Lestienne.

21. Pastoral Operária Nacional

A [Pastoral Operária Nacional \(PO\)](#) é uma pastoral social a serviço da classe trabalhadora urbana, organizada, composta e dirigida pelos trabalhadores/as. Faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Atua como presença da Igreja junto à classe trabalhadora, no compromisso de agir com o povo e não para o povo, com o objetivo de resgatar a cidadania plena e o protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave a questão do trabalho, dentro dos desafios principais.

22. Rede Emancipa

Movimento social de educação popular, a [Rede Emancipa](#) surgiu em 2007 com o propósito de oferecer cursinhos pré-universitários gratuitos para jovens de escolas públicas.

O projeto, que teve início com um pré-universitário em Itapevi/SP, hoje tem atuação em mais de 20 cidades distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

A rede Emancipa/RS está em processo de aproximação para membresia.

23. Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

A [Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos](#) é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres, feministas e profissionais da saúde.

Desde a sua criação, a metodologia de trabalho da Rede Feminista vem envolvendo ações e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres.

24. Serviço Franciscano de Solidariedade

A [Ação Social Franciscana \(SEFRAS\)](#) é uma organização humanitária que luta todos os dias no combate à fome, à violações de direitos e pela inserção econômica e social de populações extremamente vulneráveis (população em situação de rua, imigrantes e refugiados, crianças e adolescentes pobres, idosos sozinhos e pessoas acometidas pela hanseníase).

O SEFRAS atua pelo Brasil atendendo mais de 4 mil pessoas todos os dias. São serviços diários que promovem alimentação saudável, cuidados pessoais, apoio social e jurídico para população em situação de rua, acolhimento e inclusão social de imigrantes, cuidados na primeira infância, fortalecimento familiar, convivência e proteção de idosos, além de ações de defesa dos direitos e melhoria de políticas públicas voltadas a esses grupos.

25. Serviço Pastoral dos Migrantes

[Serviço Pastoral dos Migrantes \(SPM\)](#) foi criado em 1986 e é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da CNBB. O SPM atua junto aos migrantes em ações com segmentos sociais, promovendo ações de inclusão social, denunciando violações dos direitos dos migrantes e trabalhando para a construção de um país mais igualitário para todos. Além disso, também busca abrir espaços para expressões religiosas e culturais, promovendo a acolhida, o intercâmbio entre origem e destino dos migrantes, com visitas pastorais e missões populares.

26. União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH

A [União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH](#) surgiu a partir da iniciativa de um grupo de haitianas e haitianos que sentiu a necessidade de se auto-organizar para enfrentar a realidade de preconceito e discriminação que seus compatriotas têm encontrado ao chegar ao Brasil.

A USIH começou a ser gestada a partir de reuniões e encontros iniciados em setembro de 2014, sendo oficialmente fundada em 1º de fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo (SP). É uma das primeiras entidades auto-organizadas de haitianos nos Brasil e sua experiência na área advém do acúmulo de lutas e resistências concretas de seus membros fundadores sofridas na pele, antes mesmo de sua fundação, que ocorreram para enfrentar a realidade de violações de direitos humanos sofridos pelos imigrantes haitianos em São Paulo.

Perspectivas do caminho

O ano de 2022 foi marcado pelo processo eleitoral que garantiu a retomada do fortalecimento da democracia com a eleição do presidente Lula. No contexto da campanha presidencial e a proximidade das eleições, a Rede Jubileu Sul Brasil manifestou sua análise sobre o momento atual do Brasil após quatro anos de retrocessos com o governo de Jair Bolsonaro, bem como destacou pontos que considera importantes para o futuro em curto, médio e longo prazo, que pode ser lido abaixo.

Alerta e chamado para o enfrentamento da dívida pública

A Rede Jubileu Sul Brasil, rede nacional de organizações da sociedade civil que há mais de 20 anos reflete e denuncia o problema do endividamento público e das várias dívidas sociais que o Estado brasileiro tem para com a população, alerta para uma necessidade urgente em nosso país: o(a) próximo(a) Presidente(a) da República precisa enfrentar e equacionar, de uma vez por todas, a dívida pública, a fim de evitar a continuidade de suas consequências desastrosas para o povo brasileiro.

O plebiscito popular sobre a dívida pública, realizado ainda no ano 2000, com massiva participação na organização e realização, já demonstrava a incompatibilidade entre a necessidade de fazer avançar dinâmicas de democratização da sociedade brasileira, garantindo a efetivação de direitos fundamentais, e a manutenção dos compromissos junto aos rentistas.

Os processos de internacionalização, privatização e liberalização da economia brasileira a partir dos anos 1990, foram e continuam sendo retroalimentados por mecanismos compulsórios de pagamento da dívida pública, mecanismo estrutural de reprodução das desigualdades sociais. A reorientação dos gastos públicos, para garantir a efetividade do sistema de seguridade social e a universalização de serviços essenciais, não é possível sem o rompimento com o sistema da dívida, que implica a captura do Estado brasileiro por agentes financeiros globais.

A captura rentista do Estado brasileiro — sua financeirização — foi regulamentada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), sacramentando a prima-

zia das despesas financeiras sobre as demais. Após o Golpe de 2016, esta opção pela servidão financeira foi aprofundada com a constitucionalização dos mecanismos de transferências de recursos públicos para a banca privada com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95. Este arrocho fiscal, institucionalizado — teto de gastos — por duas décadas, expressa o objetivo comum das classes dominantes de sucatear o Estado e de inviabilizar processos de redistribuição de renda e poder.

Diante dos efeitos prolongados e perversamente diferenciados da crise de 2008 e das práticas genocidas do Governo Bolsonaro durante a crise sanitária da Covid-19, tornou-se ainda mais explícito o caráter antissocial e antinacional destes mecanismos de “austeridade fiscal”. Mais ainda em um cenário em que se combinam a fome sistêmica e crescente da população e o fortalecimento e transnacionalização do agronegócio. Este cenário perverso é desdobramento da forma rentista de gestão da dívida pública, que por sua vez impulsiona a financeirização da natureza e da agricultura de larga escala no país.

As unidades subnacionais, especialmente os Estados, em função da rolagem de suas dívidas com a União, foram obrigadas a financeirizar seus ativos reais e potenciais por meio de privatizações expressas e por meio de Planos de Recuperação Fiscal, entre outros, com condicionalidades mais draconianas do que aquelas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelo teto constitucional de gastos.

A necessidade de suprir a população com serviços de saúde acessíveis, qualificados e universais, além de garantir moradia digna, com saneamento, transportes e educação, nos marcos de uma retomada econômica, com geração de emprego e renda, requer um novo marco regulatório das finanças públicas, com a revogação da EC 95, da LRF e legislações ordinárias decorrentes. Esta inflexão ou reversão de trajetória dependerá do resgate do Banco Central, do Ministério da Economia e dos bancos públicos das mãos dos oligopólios financeiros. É preciso vislumbrar os primeiros passos a serem dados nessa direção por qualquer governo que pretenda de fato “reconstruir a nação” em meio à sobreposição de crises econômica, social, ambiental e civilizatória.

Enfatizamos: é urgente interromper o verdadeiro assalto que o sistema da dívida provoca aos cofres públicos. Somente em 2021, esse assalto representou mais de R\$ 1,9 trilhão, correspondendo a 50% de todo orçamento executado pela União neste mesmo ano. Ainda assim, a dívida pública interna já supera os R\$ 7 trilhões e a dívida externa mais de US\$ 565 bilhões. Um verdadeiro absurdo que precisa acabar!

Diante disso, apresentamos algumas medidas que o(a) próximo(a) Presidente(a) da República precisa adotar para enfrentar o sistema da dívida pública e assim iniciar a reparação das dívidas sociais ao povo brasileiro.

1. Criação de espaços de controle social e de participação popular sobre as decisões do Comitê de Política Monetária (COPOM), da Secretaria do Tesouro do Ministério da Economia, das instâncias do Banco Central de fiscalização e sancionamento dos Bancos Privados, dos Conselhos administrativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), entre outros espaços de formulação da política econômica.
2. Criação de mecanismos macroeconômicos que impeçam a ciranda financeira, tais como: controle e cobrança de impostos sobre a entrada e saída de capitais, sobre o envio de royalties e dividendos e, também, sobre a remessa de lucro das empresas transnacionais instaladas no país para suas matrizes.
3. Revogação de todas as medidas que mantêm e reforçam o privilégio da destinação de recursos públicos para o sistema financeiro em detrimento das políticas sociais, como a Emenda Constitucional nº 95 — teto de gastos públicos—, as Reformas Trabalhista e da Previdência e a autonomia do Banco Central.
4. Realização de uma auditoria da dívida pública integral pelo Governo Brasileiro, a fim de que fiquem oficialmente reconhecidas as várias ilegalidades já demonstradas em vários estudos acadêmicos, da sociedade civil e até mesmo pela CPI da Dívida Pública, realizada pela Câmara dos Deputados nos anos de 2009 e 2010.
5. Imediata suspensão da continuidade do pagamento de qualquer parcela da dívida pública até a completa conclusão da auditoria oficial.
6. Revisão dos termos de todos os contratos constituintes da dívida pública a fim de que se eliminem todas as ilegalidades constatadas pela auditoria oficial.
7. Exigência da reparação de todos os valores reconhecidamente pagos de forma indevida a todos os credores ou desconto de tais valores sobre o estoque da dívida.
8. Diante de tantos desafios é preciso mais do que nunca fortalecer as comunidades territoriais e afetivas para termos a força e a inspiração para as lutas que seguirão.

Não devemos não pagamos!
A vida acima da dívida!

Expediente

Produção:

Rede Jubileu Sul Brasil

Contribuições:

Rosilene Wansetto - Secretária executiva

Sandra Quintela - Articuladora nacional

Francisco Vladimir - Articulador para o Cone Sul

Lucimeire Araújo - Assistente administrativa

Andreia Pereira - Assistente administrativa

Carolina Mendonça - Assistente de projetos

Raíssa Lazarini - Assistente de projetos

Flaviana Serafim - Coordenação de comunicação

Jucelene Rocha - Coordenação de comunicação

Projeto Gráfico

José Bruno

Contato

E-mail: secretaria@jubileusul.org.br

Site: www.jubileusul.org.br

Ano: 2022

 [facebook/redejubileusul](https://www.facebook.com/redejubileusul)

 [instagram/jubileusul](https://www.instagram.com/jubileusul)

 [twitter/JubileuSul](https://twitter.com/JubileuSul)